



PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIII - 114ª DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 09 de janeiro de 2004 - Nº 005

TERESINA - PI

Audiência na Assembléia discute Plano de cargos e Salários

Representantes do governo, das entidades sindicais e deputados discutiram, na última quinta-feira, dia 8, na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Estaduais. O projeto, elaborado com a participação da categoria, deve ser votado até a próxima semana, quando termina o período da convocação extraordinária do Legislativo. A implantação começa em maio deste ano e terminará em janeiro de 2006.

Na audiência, os representantes dos servidores destacaram a preocupação com os prestadores de serviço, que só na área da saúde são mais de 14 mil servidores, com média de tempo de serviço de 10 anos. Esses trabalhadores foram contemplados com o artigo 50 da lei que os efetiva. "É motivo de alegria a aprovação do plano", disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Bartolomeu Gaspar. Ele pediu aos parlamentares a aprovação da lei e ao Executivo o seu cumprimento. "O plano dá o norte, porque os servidores irão saber como ficarão no serviço público e vai ajudar a regularizar os prestadores de serviço", explicou.

"O projeto é um instrumento de gestão, administração pública e privada e

com ele está se praticando justiça", relatou o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), João de Moura. Ele ressaltou a importância das discussões, durante a elaboração da lei, da qual participaram representantes de 32 entidades. "O plano é um sonho dos engenheiros agrônomos e será bem-vindo", destacou o presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos, Avelar Damasceno, cuja opinião é a mesma do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado, Antonio Sarmento.

A secretária da Administração, Regina Sousa, participou da audiência e elogiou o Legislativo pelas audiências públicas que vem realizando. "O plano, - destacou a secretária, - "está promovendo a igualdade, pois o servidor entra no serviço público sabendo aonde vai chegar e deve se esforçar para chegar no final da ascensão profissional. Não vai ficar como hoje, que sai ganhando o salário mínimo", frisou.

Regina Sousa explicou que a comissão de enquadramento vai analisar a situação de cada servidor para saber em qual grupo ocupacional ele será inserido. A secretária disse que serão estabelecidas carreiras para todos, evitando as distorções salariais existentes



Regina Sousa, secretária de administração

atualmente e acalmou os servidores relatando que não haverá redução salarial, "a não ser nos casos ilegais."

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos ainda será analisado nas Comissões Técnicas de Finanças e Controle e de Administração Pública antes de ser levado a plenário para votação, prevista para a próxima semana. O plano é

um dos 16 projetos de lei enviados à Assembléia Legislativa pelo Executivo para ser votado nesse período de convocação extraordinária, que prossegue até o próximo dia 16. Um deles é o Código de Vencimento dos Policiais Militares, que será discutido em audiência pública na próxima segunda-feira, 12, com a presença da secretária Regina Sousa.

Matrículas na rede estadual de ensino até dia 13



Antonio José Medeiros, secretário de Educação

A Secretaria Estadual de Educação, seguindo o que determina a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases, esclarece que as matrículas nas escolas da rede estadual serão realizadas até o dia 13 de janeiro, com previsão de início das aulas no dia 16 de fevereiro.

Assim, qualquer pessoa de 6 a 14 anos que procurar uma escola de ensino fundamental do Estado terá a matrícula assegurada. Aquelas que vão fazer o ensino médio em escolas, na sede dos 223 municípios, terá a mesma garantia. As

matrículas também estão abertas para jovens e adultos, em educação profissional e ensino normal.

Em 2003, estudaram em escolas do Estado 413 mil pessoas. O secretário Antônio José Medeiros disse que esse número pode subir para 470 mil alunos. "O crescimento será maior no ensino médio, que vem aumentando 20% a cada ano. Foram 109 mil alunos em 2002, 138 mil em 2003 e, neste ano, poderá chegar a 170 mil", explica.

Atualmente, em todo o Estado, existem 962 escolas e deverão ser abertas mais quatorze nos municípios em que ainda não há ensino médio. São eles: Carauabas, Murici dos Portela, Milton Brandão, Francisco Macedo, Caxingó, Currais e Sussuapara. Há ainda seis municípios que oferecem o ensino médio com recursos municipais.

O secretário da Educação disse que a única polêmica existente nesse processo é em relação à educação infantil. "Nós tínhamos no ano passado 19 mil alunos no pré-escolar. Desse total, 6 mil foram aprovados e ingressaram na 1ª série e, os 13 mil que continuam no pré-

escolar, vão continuar com matrículas garantidas. A decisão que nós tomamos é que não há matrículas novas apenas na educação infantil para crianças de quatro e cinco anos. Estamos obedecendo ao artigo 211 da Constituição Federal que diz que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, e os Estados, prioritariamente, no ensino fundamental e médio", esclarece.

A Lei de Diretrizes e Bases reforça que o município deve atuar essencialmente no ensino fundamental e infantil. "Essa prática de não matricular novos alunos está na rede municipal e sendo feita com cautela para não prejudicar ninguém. No ano passado, tínhamos crianças de 4, 5 e 6 anos. Os que já estavam continuam. Este ano estamos autorizando a matrícula em classes de alfabetização do ensino fundamental de todas as crianças de 6 anos e cobrando das prefeituras que assumam as matrículas de 4 e 5 anos", afirma Medeiros.

Projeto Arca das Letras será lançado no Piauí no próximo mês

O projeto Arca das Letras, lançado pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Cultura no final do ano passado, em Afogados da Ingazeira-PE, será implantando, nesse mês de fevereiro, no Piauí, principalmente nas regiões do semi-árido. Diversas regiões piauienses serão também contempladas, pois o objetivo é levar cultura às comunidades rurais, negras, indígenas e famílias de assentamentos.

O projeto será coordenado no Piauí pela Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido (PPCSA), Secretaria de Educação e Cultura (Seduc), Fundação Cultural do Piauí (Fundac), Fundação de Esportes do Piauí (Fundespi), Inbra, movimentos organizados e entidades não-governamentais.

O professor Paulo Bandeira, membro da equipe de coordenação do projeto no Estado, informou que a Arca das Letras é constituída de minibibliotecas com 250 títulos de livros, escolhidos pela comunidade e pelo órgãos envolvidos. Os livros versarão sobre literatura, com obras de autores regionais.

Em contrapartida, os ministérios da Cultura e Educação vão fornecer atlas, mapas e dicionários, enquanto os órgãos estaduais serão responsáveis pela seleção dos autores regionais que, com suas obras, vão compor o acervo das minibibliotecas.